

# **ORAC PT**

## **Oferta de Referência de Acesso a Condutas**

**PT Comunicações**

14-06-2006

*Por imposição do ICP-Autoridade Nacional das Comunicações (doravante "ICP -ANACOM"), e em estrito cumprimento das deliberações de 17 de Junho de 2004, intitulada "Oferta de acesso às condutas da Concessionária PT Comunicações, S.A", e de 26 de Maio de 2006, intitulada "Alterações na Oferta de Referência de Acesso a Condutas da PTC e aos Processos de construção, manutenção e actualização de uma base de dados descritiva das condutas e infra-estrutura associada", a PT Comunicações procedeu à alteração e publica a Oferta de Referência de Acesso a Condutas (ORAC PT), em conformidade com as Deliberações supra referidas, tendo impugnado a Deliberação de 17 de Junho de 2004 e reservando-se o direito que lhe assiste de impugnar a Deliberação de 26 de Maio de 2006.*

## CONTEÚDO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>4</b>
<b>2. TERMOS, ABREVIATURAS E DEFINIÇÕES.....</b>	<b>4</b>
<b>3. CONDIÇÕES GERAIS.....</b>	<b>6</b>
<b>4. SERVIÇOS ORAC PT .....</b>	<b>8</b>
4.1. INFORMAÇÃO DE CONDUTAS E INFRA-ESTRUTURA ASSOCIADA .....	8
4.2. ANÁLISE DE VIABILIDADE DE OCUPAÇÃO.....	10
4.3. INSTALAÇÃO DE CABOS NAS CONDUTAS E INFRA-ESTRUTURA ASSOCIADA .....	12
4.4. INTERVENÇÃO NOS CABOS INSTALADOS NAS CONDUTAS E INFRA-ESTRUTURA ASSOCIADA ..	16
4.5. DESVIO DE TRAÇADOS.....	16
4.6. REMOÇÃO DE MEIOS DA BENEFICIÁRIA EM CONDUTAS E INFRA-ESTRUTURA ASSOCIADA .....	17
4.7. OCUPAÇÃO NÃO AUTORIZADA .....	18
4.8. CEDÊNCIA A TERCEIROS.....	18
<b>5. PROJECTO E CONSTRUÇÃO DE NOVAS CONDUTAS E INFRA-ESTRUTURA ASSOCIADA .....</b>	<b>18</b>
5.1. COMUNICAÇÃO DE CONSTRUÇÃO DE CONDUTAS E INFRA-ESTRUTURA ASSOCIADA.....	18
5.2. PEDIDO DE RESERVA DE ESPAÇO EM NOVAS CONDUTAS E INFRA-ESTRUTURA ASSOCIADA ..	19
5.3. UTILIZAÇÃO DAS CONDUTAS E INFRA-ESTRUTURA ASSOCIADA .....	21
5.4. DESENVOLVIMENTO DAS REDES DA PT COMUNICAÇÕES.....	21
<b>6. INDICADORES E NÍVEIS DE QUALIDADE DE SERVIÇO .....</b>	<b>21</b>
<b>7. COMPENSAÇÕES POR INCUMPRIMENTO DOS PRAZOS DE RESPOSTA .....</b>	<b>23</b>
<b>8. PREÇOS DOS SERVIÇOS.....</b>	<b>24</b>

## Comunicações

8.1.	INFORMAÇÃO DE CONDUTAS E INFRA-ESTRUTURA ASSOCIADA .....	24
8.2.	ANÁLISE DE VIABILIDADE DE OCUPAÇÃO.....	24
8.3.	INSTALAÇÃO DE CABOS NAS CONDUTAS E INFRA-ESTRUTURA ASSOCIADA .....	24
8.4.	INTERVENÇÃO NOS CABOS INSTALADOS NAS CONDUTAS E INFRA-ESTRUTURA ASSOCIADA ..	25
8.5.	REMOÇÃO DE CABOS DAS CONDUTAS E INFRA-ESTRUTURA ASSOCIADA .....	25
8.6.	PROJECTO DE CONSTRUÇÃO DE NOVAS CONDUTAS E INFRA-ESTRUTURA ASSOCIADA .....	26
8.7.	ACOMPANHAMENTO E SUPERVISÃO DOS TRABALHOS A REALIZAR PELA BENEFICIÁRIA .....	26
<b>9.</b>	<b>GESTÃO DO SERVIÇO .....</b>	<b>27</b>
9.1.	PROCESSO DE ADESÃO AO SERVIÇO.....	27
9.2.	GESTÃO DE PEDIDOS .....	27
9.3.	ATENDIMENTO TÉCNICO .....	28
9.4.	PLANEAMENTO E PREVISÕES .....	28
9.5.	ZONAS GEOGRÁFICAS .....	29
9.6.	FACTURAÇÃO E PAGAMENTO .....	30
<b>10.</b>	<b>DISPOSIÇÕES LEGAIS .....</b>	<b>30</b>
10.1.	INFORMAÇÃO E CONFIDENCIALIDADE .....	30
10.2.	DIREITO DE PROPRIEDADE INTELECTUAL .....	32
10.3.	RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS.....	32
10.4.	INTERRUPÇÃO E SUSPENSÃO DO SERVIÇO.....	33
10.5.	SEGURANÇA E PROTECÇÃO .....	33
10.6.	FORÇA MAIOR .....	34
10.7.	ALTERAÇÕES DA ORAC PT.....	34
10.8.	LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.....	34
<b>11.</b>	<b>HISTÓRICO DE VERSÕES .....</b>	<b>34</b>
<b>ANEXOS .....</b>		<b>35</b>
ANEXO 1 – CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DAS CONDUTAS E INFRA-ESTRUTURA ASSOCIADA		
ANEXO 2 – CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE ESPAÇO		
ANEXO 3 – PROCEDIMENTOS DE GESTÃO DE PEDIDOS		
ANEXO 4 – FORMULÁRIOS		
ANEXO 5 – CONTRATO TIPO		
ANEXO 6 – CREDENCIAÇÃO		
ANEXO 7 – MANUAL DE PROCEDIMENTOS E DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS		

## 1. Introdução

Nos termos da Lei 5/2004, de 10 de Fevereiro que aprova a Lei das Comunicações Electrónicas, doravante “Regicom”, e das Deliberações do ICP-ANACOM, de 17 de Julho de 2004 e de 26 de Maio de 2006, a PT Comunicações apresenta a Oferta de Referência de Acesso a Condutas.

A "Oferta de Referência de Acesso a Condutas" (adiante designada por ORAC PT) regula a disponibilização, por acordo, do acesso e utilização das Condutas e infra-estrutura associada, cuja propriedade ou gestão incumba à PT Comunicações, para efeitos de instalação de cabos das redes de comunicações electrónicas das Beneficiárias, mediante solicitação expressa por parte destas.

A data de início de vigência da presente ORAC PT é o dia 14 de Julho de 2006.

## 2. Termos, Abreviaturas e Definições

Os termos e definições utilizados na ORAC PT têm os significados apresentados no quadro seguinte:

**Tabela 1. Termos e definições**

Termo / Abreviatura	Definição
Beneficiária	Empresa que oferece redes ou serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público.
Cadastro da Beneficiária	Descrição das Condutas e infra-estrutura associada cujo acesso e utilização são disponibilizados ao abrigo da ORAC PT, nos termos acordados no Contrato.
Câmara de Visita (CV)	Caixas para acesso aos cabos instalados ao longo das condutas que constituam parte integrante da rede de comunicações electrónicas.
Conduta	Tubo ou conjunto de Tubos, geralmente subterrâneos, ou dispostos ao longo de vias de comunicação, que suportam, acondicionam e protegem outros Tubos (Sub-condutas) ou cabos de comunicações electrónicas.
Colaboradores da PT Comunicações	Empregados, empreiteiros, subcontratados e agentes ao serviço da PT Comunicações.

## Comunicações

Termo / Abreviatura	Definição
Cabos “mortos” ou obsoletos	Cabos sem possibilidade de virem a ser utilizados por incapacidade técnica ou cabos que não tenham sido utilizados há mais de um ano, nem tenham utilização previsível num período razoável de tempo.
DWN	Direcção de Negócio de <i>Wholesale</i> Nacional da PT Comunicações.
Espelho	Parte da face lateral de uma Câmara de Visita na qual são estabelecidos furos de acesso à câmara.
Furo	Cavidade existente num elemento de grés ou betão de uma Câmara de Visita, destinada à passagem de cabos.
ICP-ANACOM	Autoridade Nacional de Comunicações
Infra-estrutura associada	Câmaras de visita e restantes infra-estruturas que forem indispensáveis para instalação, remoção, manutenção ou reparação de cabos de comunicações electrónicas nas condutas e sub-condutas, não sendo considerados os tubos de subida.
Monotubo ou Sub-conduta	Tubo de pequeno diâmetro (32 mm ou 40 mm) destinado a ser instalado no interior de Tubos de maior diâmetro.
ORAC PT	Oferta de Referência para Acesso a Condutas
Ponto de Entrada (PE)	Câmara de Visita para estabelecimento de interligação com as Condutas e infra-estrutura associada da Beneficiária, permitindo a entrada dos seu cabos nas Condutas e infra-estrutura associada da PT Comunicações.
Ponto de Ligação	Câmara de Visita onde se executa uma ligação entre segmentos dos cabos da Beneficiária.
Projecto Global Detalhado (PGD)	Plantas e descrição das Condutas e infra-estrutura associada.
PTC	PT Comunicações
Ramal	Troço de Condutas entre um Ponto de Entrada e uma Câmara de Visita da Beneficiária ou outro ponto das suas infra-estruturas.
Traçado	Percurso de Condutas numa determinada área geográfica.
Trajecto	Caminho constituído por Troços de Conduta que interligam 2 pontos geograficamente distintos.
Tritubo	Conjunto de 3 Tubos de pequeno diâmetro (32mm ou 40mm) solidarizados entre si.
Troço de Condutas ou Troço	Conjunto de Condutas entre duas Câmaras de Visita consecutivas
Tubo	Elemento cilíndrico oco, rígido ou flexível de cimento, grés, metálico ou de plástico, destinado à passagem de cabos de comunicações electrónicas, que liga duas Câmaras de Visita.

### 3. Condições Gerais

A ORAC PT destina-se exclusivamente a Beneficiárias, devidamente habilitadas pelo ICP-ANACOM para actuar no território nacional, que tenham iniciado a actividade e que cumpram as condições legais previstas para o efeito.

É garantido às Beneficiárias o Acesso às Condutas e infra-estrutura associada, nos termos e condições previstos na presente ORAC PT.

O acesso físico às Condutas e infra-estrutura associada da PTC, para instalação, intervenção, remoção de cabos ou para a execução de qualquer serviço regulado na ORAC PT, é realizado através de funcionários da Beneficiária, os quais podem ser acompanhados por representantes da PTC, quando esta o entenda necessário.

O acesso físico a condutas pode ser alargado aos colaboradores de empresas subcontratadas, desde que devidamente identificados e credenciados pela PTC, ou outras entidades reconhecidas por esta, tendo por base os princípios gerais e regras de credenciação em vigor. No anexo 6 da Oferta encontra-se referência para a lista de colaboradores credenciados da Beneficiária ou de empresas subcontratadas por esta.

Sem prejuízo do espaço destinado a manobras de reparação das Condutas e infra-estruturas associadas e/ou destinado a manobras de manutenção, reparação e instalação de cabos, a PTC, na utilização que faz das suas Condutas e Infra-estruturas associadas, deixará livre em cada Traçado, para utilização pelas Beneficiárias, uma área correspondente a 20% da área interna utilizável em cada Troço de Conduta, conforme definida no Anexo 2. Esta regra não é aplicável caso existam necessidades adicionais associadas à prestação dos serviços concessionados à PTC ou nos casos onde a capacidade instalada já seja incompatível com o limite referido.

O espaço a reservar, pela PTC, destinado a manobras de manutenção e reparação corresponderá ao espaço ocupado pelo cabo de maior diâmetro, em cada Troço de Conduta, sempre que não esteja em causa a integridade das infra-estruturas existentes.

Os cabos a instalar nas Condutas e infra-estrutura associada, a pedido da Beneficiária, devem cumprir todas as disposições e requisitos de compatibilidade electromagnética em vigor, bem como outros requisitos essenciais decorrentes do normativo europeu e nacional.

## Comunicações

A PTC não procederá à instalação, nas condutas, tubos, sub-condutas e infra-estrutura associada, de cabos ou equipamentos que não correspondam às suas necessidades actuais ou previsíveis e que impeçam ou limitem o acesso às infra-estruturas pelas Beneficiárias.

Caso se verifique a existência de cabos “mortos” ou obsoletos, que inviabilizem o acesso, estes devem ser removidos pela Beneficiário ou PTC, dependendo da propriedade dos cabos envolvidos. Em caso de desacordo relativamente à classificação do cabo como “morto” ou obsoleto, tal questão deve ser submetida ao ICP-ANACOM para efeitos de fiscalização e decisão, acompanhada de todos os elementos que permitam a verificação da sua utilização efectiva. Se a remoção for física e tecnicamente inviável, deve a PTC remeter à Beneficiária as devidas justificações no âmbito da análise do pedido de viabilidade.

Os factores susceptíveis para fundamentar a inviabilidade física e técnica de remoção dos cabos são os seguintes:

- Se o espaço livre remanescente em conduta/sub-conduta for inferior ao espaço ocupado pelo cabo de maior diâmetro existente. Por espaço livre entende-se a diferença entre o espaço total da conduta/sub-conduta e o espaço ocupado da conduta/sub-conduta, em conformidade com o Anexo 2;
- Se os cabos tiverem ultrapassado a vida útil estimada pelo fabricante, o que pode significar que já não estão em bom estado;
- Se os cabos a remover tiverem maior dimensão e peso que os cabos que permanecerão instalados, o que pode provocar danos em cabos de menores dimensões e peso quando estes estão instalados em conjunto na mesma condutas/sub-condutas;
- Se os cabos forem de chumbo poderão danificar as respectivas juntas com problemas acrescidos para a manutenção;
- No caso de ocorrência do efeito de memória dos cabos, provocado pelo facto dos mesmos terem estado enrolados em bobines o que faz com que estes não estejam dispostos ao longo das condutas/sub-condutas de uma forma rectilínea e sim helicoidal;
- Se a conduta for de cimento ou grés, atendendo ao maior atrito e às areias existentes, a remoção cabo poderá danificar o manto do próprio e/ou de outros existentes na mesma conduta;
- Se, por exemplo, nas zonas afectadas pelas marés, ou por enchentes, as águas invadem as condutas trazendo consigo sedimentos que se acamam entre os cabos e posteriormente se solidificam impossibilitando a remoção dos mesmos.

Os custos da remoção destes cabos devem ser suportados pela respectiva proprietária. Caso pertençam a uma terceira entidade, sem existência jurídica, os custos devem ser partilhados em iguais proporções iguais entre a Beneficiária e a PTC, salvo se essa entidade tenha

## Comunicações

pertencido ao Grupo PT, devendo neste caso os referidos custos ser suportados apenas pela PTC.

A PTC deve notificar a Beneficiária que existem cabos “mortos” ou obsoletos de sua posse, pelo que a Beneficiária deverá proceder à sua remoção. Caso seja a Beneficiária a detectar a existência de tais cabos deverá proceder de igual forma.

No caso da remoção ser a cargo da Beneficiária, o prazo para a remoção é de 30 dias de calendário contados a partir da data de recepção da notificação da Beneficiária à PTC, suportando a Beneficiária os custos de tal remoção. No caso da remoção ser da responsabilidade da PTC, o prazo é mesmo, sendo, no entanto, a contabilização é realizada a partir da data que se tenha constatado a existência da situação, caso a PTC seja proprietária do cabo em causa ou este tenha pertencido a empresa do Grupo PT já extinta.

Caso a Beneficiária não proceda à remoção destes cabos no prazo estabelecido, deverá a PTC, no termo do mesmo, fazê-lo mediante preços estabelecidos no preçário (secção 8).

No Anexo 7 à ORAC PT encontrar-se-á disponível, até 30 de Junho de 2006, uma versão preliminar do Manual de Procedimentos e Especificações Técnicas, incluindo nomeadamente procedimentos de instalação, intervenção e remoção de cabos, os quais devem ser seguidos pela Beneficiária. A versão final do referido manual estará disponível até 30 de Setembro de 2006.

A capacidade máxima mensal de processamento pela PTC de pedidos das Beneficiárias deverá ter em consideração as previsões disponibilizadas pelas Beneficiárias. Para o efeito, as Beneficiárias deverão enviar à PTC previsões de pedidos para os serviços de informação, viabilidade e intervenção, em conformidade com os detalhes da Secção 9.4.

## 4. Serviços ORAC PT

### 4.1. Informação de Condutas e infra-estrutura associada

A informação de cadastro de infra-estruturas poderá ser solicitada pelas Beneficiárias através de um Pedido de Informação, conforme formulário constante do Anexo 5, o qual deve indicar expressamente o Trajecto (percurso desejado entre 2 pontos) ou o contorno geográfico.

Na sequência do Pedido de Informação efectuado pelas Beneficiárias, a PTC, a partir do cadastro de Condutas e infra-estrutura associada existente, disponibiliza as plantas com os

## Comunicações

Traçados de Condutas e localização de Câmaras de Visita, os quais incluem, também, as denominações das localidades e arruamentos.

Na eventualidade de não existir cadastro de Condutas e infra-estrutura associada relativamente ao Trajecto ou ao contorno geográfico solicitado, a PTC poderá efectuar um levantamento local.

A informação prevista nesta secção será disponibilizada em suporte de papel ou em formato electrónico a acordar com a Beneficiária, na maior escala disponível até 1/1000 e até à dimensão A1.

As plantas disponibilizadas destinam-se exclusivamente à preparação dos pedidos de viabilidade e de acesso a Condutas e infra-estrutura associada no âmbito desta oferta e não poderão, à excepção do disposto em 10.1, ser disponibilizados a terceiros.

A capacidade máxima mensal de processamento de plantas deverá ter em conta os pedidos previsíveis das Beneficiárias, por área geográfica.

*[A capacidade máxima mensal de processamento de plantas durante o primeiro ano da oferta deverá ser em conformidade com a tabela seguinte.*

*Tabela. Capacidade Máxima Mensal de Processamento de plantas relativas a Informação de Condutas e infra-estrutura associada, por zona geográfica, para totalidade das Beneficiárias, durante o primeiro ano de vigência desta oferta*

<i>Zonas Geográficas – Distritos/Concelhos</i>	<i>Capacidade Máxima [Plantas/Mês]</i>
<i>Lisboa Cidade</i>	<i>25</i>
<i>Porto Cidade</i>	<i>25</i>
<i>Restantes Zonas Geográficas</i>	<i>10</i>

*Nota: A definição das zonas geográficas é descrita na secção 9.5.*

*Este assunto encontra-se em decisão pelo ICP-ANACOM.]*

O processamento dos pedidos, em cada zona geográfica, será feito por ordem cronológica da respectiva data de recepção. Uma vez excedidas as previsões mensais, por área geográfica, da Beneficiária, os pedidos de informação recepcionados nesse mês passam a ser considerados como recepcionados no primeiro dia do período mensal subsequente.

## Comunicações

Os prazos e preços associados à resposta a Pedidos de Informação de Condutas e infra-estrutura associada encontram-se definidos nas secções 6 e 8.1, respectivamente.

No caso de condutas e infra-estruturas associada críticas, o acesso às mesmas pelas Beneficiárias é efectuado através de condições especiais a definir pela PTC.

No âmbito da evolução desta oferta, a informação sobre condutas e infra-estrutura associada será disponibilizada de forma electrónica e automática à Beneficiária. Esta informação terá associada a data da última actualização, bem como a data em que ocorreu o levantamento a que a informação disponibilizada diz respeito.

O acesso à informação sobre condutas e infra-estrutura associada será realizado através de um sítio Internet específico da PT Comunicações com acesso restrito mediante a utilização de códigos de acesso. Aquando da disponibilização do referido sítio Internet específico para a ORAC PT, a informação existente sobre condutas e infra-estruturas associadas ficará acessível.

### **4.2. Análise de Viabilidade de Ocupação**

Os Pedidos de Viabilidade de Ocupação de Condutas e infra-estrutura associada deverão ser acompanhados do respectivo formulário constante do Anexo 4 e conter a seguinte informação:

- Planta com o traçado requerido (traçado original);
- Câmaras de Visita a atravessar;
- Pontos de Entrada e tipo de Furo a construir;
- Número de cabos a instalar;
- Tipo de cabos a instalar;
- Diâmetro dos cabos a instalar;
- Pontos de Ligação e tipo de ligação previsto.

Cada pedido de viabilidade deverá ser constituído, no máximo, por 20 Troços de Conduta.

No caso de inviabilidade, a PTC demonstrará que a ocupação com cabos ou com os seus equipamentos corresponde às necessidades actuais previsíveis.

Nos casos em que um pedido de viabilidade de ocupação de determinadas condutas e infra-estrutura associada seja considerado inviável pela PTC, por não existir espaço para a instalação dos cabos da Beneficiária, a Beneficiária receberá a justificação que os cabos/equipamentos que ocupam as mesmas condutas e infra-estrutura associada

## Comunicações

correspondem às suas necessidades actuais ou previsíveis em termos de prestação de serviços e que, por conseguinte, o acesso das Beneficiárias àquelas infra-estruturas não é impedido ou limitado em consequência de uma indevida ocupação de espaço.

Nos casos em que seja física e tecnicamente inviável à PTC satisfazer os pedidos de acesso formulados pelas Beneficiárias, deve esta enviar, juntamente com a fundamentação, propostas de trajectos alternativos, desde que solicitados pela Beneficiária, que mais se aproximem do pedido inicial.

A PTC fará a análise de cada pedido com base na informação disponível, podendo envolver reconhecimento local da disponibilidade de espaço nas Conduitas e infra-estrutura associada em causa, no sentido da verificação da possibilidade da sua ocupação pelos cabos caracterizados no pedido.

A disponibilidade referida consubstancia a existência, nos Troços de Conduita em causa, de espaço para instalação dos cabos indicados no pedido, bem como de espaço para a manutenção e a operação de todos os cabos instalados nos Troços e espaço para a expansão prevista das redes da PTC de acordo a secção 5.4.

A análise de viabilidade que envolva reconhecimento local baseia-se na observação e na avaliação das condições das Câmaras de Visita existentes nos Troços solicitados pela Beneficiária. Esta análise não contempla a identificação de eventuais obstruções ao longo dos Troços de Conduitas, as quais só poderão ser identificadas e avaliadas durante a instalação dos cabos solicitada pela Beneficiária à PTC.

A PTC, se assim solicitado pela Beneficiária no formulário respectivo, poderá indicar Traçados alternativos para a passagem dos cabos nas situações onde não existam condições de ocupação do Traçado original. Os Traçados alternativos não poderão exceder a introdução de mais de 10 Troços face ao Traçado solicitado.

A resposta ao Pedido de análise de Viabilidade de Acesso, será remetida à Beneficiária através do respectivo formulário constante do Anexo 4. Caso o pedido seja viável, a resposta incluirá o Projecto Global Detalhado, o qual é constituído por:

- Plantas com o Traçado proposto, incluindo os respectivos Troços de Conduita;
- Câmaras de visita de passagem, Pontos de Entrada e Pontos de Ligação;
- Modo de Acesso aos Pontos de Entrada;
- Descrição dos Tubos a ocupar pelos cabos da Beneficiária.

**Comunicações**

[A capacidade máxima mensal de processamento de Análises de Viabilidade de Acesso durante o primeiro ano da oferta, para a totalidade das Beneficiárias, deverá ser em conformidade com a tabela seguinte.

*Tabela. Capacidade Máxima Mensal de Processamento de Análise de Viabilidade de Acesso a Condutas e Infra-estrutura associada, por zona geográfica, para a totalidade das Beneficiárias, durante o primeiro ano de vigência desta oferta*

<i>Zonas Geográficas – Distritos/Concelhos</i>	<i>Capacidade Máxima de análise de troços [Troços/Mês]</i>
<i>Lisboa Cidade</i>	<i>120</i>
<i>Porto Cidade</i>	<i>120</i>
<i>Restantes Zonas Geográficas</i>	<i>60</i>

*Nota: A definição das zonas geográficas é descrita na secção 9.5.*

*Este assunto encontra-se em decisão pelo ICP-ANACOM.]*

O processamento dos pedidos de viabilidade, em cada zona geográfica, será feito por ordem cronológica da respectiva data de receção. Uma vez excedidas as previsões mensais, por zona geográfica, os pedidos recepcionados nesse mês passam a ser considerados como recepcionados no primeiro dia do período mensal subsequente.

Os prazos e preços associados à Análise de Viabilidade de Ocupação de Condutas e infra-estrutura associada encontram-se definidos nas secções 6 e 8.2, respectivamente.

Em conformidade com a secção 5.4, a PTC pode reservar, pelo prazo máximo de um ano, espaço para utilização própria futura nas condutas e infra-estrutura associada por si exploradas, desde que essa reserva seja devidamente fundamentada com base na garantia de um apropriado desenvolvimento futuro dos serviços da PTC, podendo ser anulada a reserva, caso se tal necessidade se mostrar infundada.

#### **4.3. Instalação de Cabos nas Condutas e infra-estrutura associada**

A PTC não está vinculada à disponibilização do acesso e/ou utilização às suas Condutas e infra-estrutura associada, designadamente, nas situações, em que, de um modo fundamentado, se verifique:

- i) Impossibilidade física e/ou técnica e/ou legal;
- ii) Colocação em perigo da saúde ou da segurança dos colaboradores da PTC;

- iii) Deterioração na operação da rede e dos equipamentos;
- iv) Afecção da integridade da rede da PTC e/ou qualidade dos serviços prestados.

Para efeitos de ocupação das Conduatas e infra-estrutura associada, no âmbito desta oferta, a Beneficiária obriga-se a contratar e manter permanentemente actualizado um seguro de responsabilidade civil que cubra eventuais danos provocados quer pelos meios instalados quer pelas pessoas ao seu serviço, bem como a apresentar à PTC o respectivo comprovativo.

Sem prejuízo de eventuais danos estarem cobertos pelo referido seguro, considera-se que o incumprimento danoso reiterado das regras de actuação da Beneficiária, pode conduzir a que a PTC solicite a intervenção do ICP-ANACOM para legitimar a adopção de medidas que no caso sejam justificadas.

A avaliação da eventual deterioração na operação da rede e equipamentos e/ou eventual afecção da integridade da rede é realizada de forma apriorística nos seguintes termos:

- i) Risco de deterioração nas condições de operação da rede :
  - se não existir espaço para execução de tarefas de instalação numa CV ou e a instalação pedida provocar condições impeditivas de tarefas de operação nessa CV;
  - se não existir espaço em CV para acomodação de junta e/ou enrolamento.
- ii) Risco de afecção da integridade da rede:
  - se a constituição ou revestimento dos cabos a instalar, conjugada com o tipo de instalação puder provocar danos nos cabos existentes (por exemplo: cabos com tensor exterior ou com rugosidades que possam funcionar como abrasivo, a instalar directamente em conduta ocupada);
  - se os cabos a instalar se destinarem, ainda que parcialmente, a encaminhar alimentação eléctrica (tele-alimentação) e não tiverem protecção adequada.

#### 4.3.1. Trabalhos de Instalação

No âmbito desta oferta a PTC disponibiliza acesso a conduatas e infra-estrutura associada às entidades beneficiárias para instalação dos seus cabos. É interdita a instalação de qualquer outro equipamento da Beneficiária nas Conduatas e infra-estrutura associada da PTC, para além dos materiais para marcação e ligação simples dos cabos.

## Comunicações

Para o efeito, a Beneficiária deverá apresentar um Pedido de Acesso e Instalação em Condutas e infra-estrutura associada, através do respectivo formulário constante do Anexo 4, num prazo máximo de 30 dias contados desde o envio, pela PTC, da resposta positiva ao respectivo Pedido de Análise de Viabilidade.

O acesso às condutas e infra-estrutura associada da PTC pode ser realizado através de colaboradores da Beneficiária (ou colaboradores de empresas subcontratadas, desde que devidamente identificados e credenciados), os quais poderão ser acompanhados por representantes da PTC, sempre que esta o entenda necessário. Para efeito do serviço de acompanhamento, a Beneficiária deve acordar com a PTC a data de início de construção dos PE e de instalação dos cabos, conforme apresentado no Anexo 3 desta oferta.

### 4.3.2. Trabalhos de desobstrução

Na eventualidade de existirem obstáculos físicos à passagem dos cabos, como sejam as obstruções dos Troços de Condutas, a Beneficiária informará a PTC de tal facto, através de formulário apropriado conforme o Anexo 4. A PTC apresentará, sempre que a desobstrução seja viável, o orçamento para a realização dos trabalhos de desobstrução, a executar pela PTC, bem como, sempre que possível, o prazo previsto para a execução dos trabalhos em causa.

O apuramento dos custos imputáveis a cada Beneficiária é realizado por aplicação da seguinte fórmula de repartição de custos de desobstrução: em função do número de Beneficiárias ( $i > 1$ ), cada uma terá de pagar à PTC uma percentagem do custo de desobstrução de  $(1/i) \cdot 100\%$ , enquanto cada Beneficiária receberá da PTC o correspondente a  $(1/(i) - 1/(i+1)) \cdot 100\%$  por cada nova Beneficiária que subsequentemente partilhe o mesmo troço.

Deste modo, por exemplo, caso um troço seja ocupado por uma beneficiária, esta deve pagar  $(1/2)$  do custo de eventual desobstrução. Caso o mesmo troço seja ocupado subsequentemente por outra beneficiária, essa deve pagar  $(1/3)$  do valor da desobstrução, devendo a PTC pagar à primeira beneficiária a diferença  $[(1/2)-(1/3)]$  e assim sucessivamente.

A Beneficiária deverá proceder à aceitação do orçamento e ao respectivo Pedido de Desobstrução, mediante formulário constante do Anexo 4, no prazo de 5 dias úteis contados desde a data de envio do orçamento.

Caso a Beneficiária não aceite o orçamento, a PTC não efectuará a desobstrução.

## Comunicações

Após a aceitação dos trabalhos, qualquer intervenção a realizar a nível dos cabos instalados enquadrar-se-á nos serviços de intervenção definidos no ponto 4.4.

A Beneficiária enviará à PTC, no prazo de 15 dias de calendário após a conclusão o cadastro da ocupação, o qual corresponderá à actualização do Projecto Global Detalhado.

*[A capacidade máxima mensal de processamento de instalações de cabos das Beneficiárias durante o primeiro ano da oferta deverá ser em conformidade com a tabela seguinte.*

*Tabela. Capacidade Máxima Mensal de Instalação de Cabos, por zona geográfica, para a totalidade das Beneficiárias, durante o primeiro ano de vigência desta oferta*

<i>Zonas Geográficas – Distritos/Concelhos</i>	<i>Capacidade Máxima de instalação [Troços/Mês]</i>
<i>Lisboa Cidade</i>	<i>60</i>
<i>Porto Cidade</i>	<i>60</i>
<i>Restantes Zonas Geográficas</i>	<i>30</i>

*Nota: A definição das zonas geográficas é descrita na secção 9.5.*

*Este assunto encontra-se em decisão pelo ICP-ANACOM.]*

O processamento dos pedidos, em cada zona geográfica, será feito por ordem cronológica da respectiva data de recepção. Uma vez excedidas as previsões mensais, por zona geográfica, os pedidos recepcionados nesse mês passam a ser considerados como recepcionados no primeiro dia do período mensal subsequente.

Os prazos e preços associados à disponibilização do acesso e utilização de Condutas e infra-estrutura associada encontram-se definidos nas secções 6 e 8.3, respectivamente.

### 5.2.2 Construção do Ramal

A construção do Ramal para ligação entre as Condutas e infra-estrutura associada da PTC e as Infra-estruturas da Beneficiária é da responsabilidade desta, sendo os respectivos custos suportados pelo mesmo. A localização dos Furos, nos Pontos de Entrada, é definida pela PTC e os trabalhos para construção dos mesmos estão sujeitos a fiscalização por parte da PT Comunicações, devendo ser agendados, pela Beneficiária, com um prazo mínimo de 5 dias úteis de antecedência relativamente à data pretendida.

### 5.2.3 Identificação dos cabos

No âmbito da ORAC PT, os cabos devem estar identificados nas Câmaras de Visita com um código que permita a identificação do seu proprietário, em conformidade com o Anexo 3 a esta oferta. A identificação deverá ser realizada no corpo do cabo.

## **4.4. *Intervenção nos Cabos Instalados nas Condutas e infra-estrutura associada***

A Beneficiária é responsável pela supervisão do adequado funcionamento dos cabos de sua propriedade instalados nas Condutas e infra-estrutura associada da PTC.

Não obstante, qualquer intervenção que seja necessário efectuar nos cabos da Beneficiária instalados em Condutas e infra-estrutura associada da PT Comunicações, nomeadamente para substituição de segmentos de cabo, será executada pela Beneficiária, devendo esta, para o efeito, formular um pedido expresse de intervenção, nos termos do Anexo 4.

As Intervenções são classificados como Programadas e Não Programadas (exclusivamente aplicáveis para efeitos de reparações de emergência), estando os respectivos prazos e preços descritos nas secções 6 e 8.4, respectivamente.

## **4.5. *Desvio de Traçados***

A PT Comunicações poderá cessar a disponibilização do acesso e utilização das suas Condutas e infra-estrutura associada, devido à necessidade de eliminar ou desviar o seu Traçado, quer por imposição de terceiros quer por motivo de reestruturação da sua rede.

Sempre que se verifique a necessidade de desvio de um traçado, a PTC deverá enviar, à Beneficiária, a fundamentação dessa necessidade.

Sempre que ocorra um desvio de traçado, a PTC remeterá uma notificação, com a respectiva fundamentação, à Beneficiária, com a antecedência mínima de 60 dias, salvo se resultar de imposição de terceiros que impeça o cumprimento de tal prazo de pré-aviso. A Beneficiária deverá criar as condições necessárias à remoção dos seus meios nos prazos indicados pela PTC. A Beneficiária suportará os custos da remoção dos seus meios e libertação da ocupação nos casos em que a eliminação ou desvio dos Traçados resulte de factores externos à PTC.

Para efeitos de manutenção a executar, pela PT Comunicações, nas Condutas e infra-estrutura associada, ou por motivos de emergência ou força maior, a Beneficiária deverá criar, de

## Comunicações

imediato, mediante notificação remetida pela PT Comunicações, as condições que permitam a alteração da ocupação dos seus meios. O custo de tais alterações será suportado pela Beneficiária.

### **4.6. Remoção de Meios da Beneficiária em Condutas e infra-estrutura associada**

Mediante pedido específico da Beneficiária, remetido através do respectivo formulário constante do Anexo 4, a Beneficiária procederá à remoção dos cabos instalados nas condutas e infra-estrutura associada.

A Beneficiária agendará com a PTC a data e local da remoção dos seus meios, com a antecedência mínima de 5 dias úteis.

Após a efectivação da remoção, a Beneficiária informará a PTC em conformidade, através do respectivo formulário constante do Anexo 4.

Caso os cabos da PTC não estejam arrumados, de modo a possibilitar a remoção de cabos “mortos” ou manifestamente obsoletos, que impeçam a instalação de cabos da Beneficiária, esta poderá notificar a PTC desse facto, a qual deve proceder à sua adequada arrumação, no prazo de 10 dias de calendário, contados a partir da data da recepção da notificação.

*[O número máximo de remoções de cabos de Beneficiárias que a PTC tem capacidade para atender nas suas Condutas e infra-estrutura associada, por mês, por zona geográfica e para a totalidade das Beneficiárias, é indicado na tabela seguinte*

*Tabela. Capacidade Máxima Mensal de remoção de Cabos, por zona geográfica, para a totalidade das Beneficiárias, durante o primeiro ano de vigência desta oferta*

<i>Zonas Geográficas – Distritos/Concelhos</i>	<i>Capacidade Máxima de remoção [Troços/Mês]</i>
<i>Lisboa Cidade</i>	<i>30</i>
<i>Porto Cidade</i>	<i>30</i>
<i>Restantes Zonas Geográficas</i>	<i>15</i>

*Nota: A definição das zonas geográficas é descrita na secção 9.5.*

*Este assunto encontra-se em decisão pelo ICP-ANACOM.]*

## Comunicações

O processamento dos pedidos, em cada zona geográfica, será feito por ordem cronológica da respectiva data de recepção. Uma vez excedidas as previsões mensais, por zona geográfica, os pedidos recepcionados nesse mês passam a ser considerados como recepcionados no primeiro dia do período mensal subsequente.

Os prazos e preços associados à remoção de meios da Beneficiária são os definidos nas secções 6 e 8.5, respectivamente.

### **4.7. Ocupação Não Autorizada**

Na eventualidade de ser encontrada ocupação de Condutas e infra-estrutura associada não autorizada, a PTC notificará todas as Beneficiárias, para se pronunciarem num prazo de 30 dias, após o que tomará as medidas que considerar adequadas, nomeadamente a remoção do(s) cabo(s) em causa.

### **4.8. Cedência a Terceiros**

As Beneficiárias não poderão ceder a terceiros, a qualquer título, o espaço disponibilizado pela PTC, devendo este ser utilizado única e exclusivamente para a passagem dos seus cabos próprios.

## **5. Projecto e Construção de Novas Condutas e infra-estrutura associada**

### **5.1. Comunicação de Construção de Condutas e infra-estrutura associada**

A PTC remeterá informação relativa à previsão de construção de novas Condutas e infra-estrutura associada, com um prazo mínimo de 2 meses de antecedência face à data de comunicação à autoridade municipal, por carta registada com aviso de recepção. Para tanto, as Beneficiárias devem manifestar o seu interesse em receber tal informação, através do formulário constante no Anexo 4.

A comunicação relativa à construção de novas Condutas e infra-estrutura associada será constituída pela seguinte informação:

- Mapa da localização com o Traçados das Condutas e infra-estrutura associada a construir;

- Número de Troços e Câmaras de Visita previstos;
- Datas previstas para a construção.

O preço associado a esta comunicação está definido na secção 9.

### **5.2. *Pedido de Reserva de Espaço em Novas Condutas e infra-estrutura associada***

Havendo interesse, por parte da Beneficiária, na reserva de espaço para os seus cabos nas novas Condutas e infra-estrutura associada, deverá aquela remeter à PTC um Pedido de Reserva, contendo a informação definida na secção 5.1, num prazo máximo de 10 dias contados a partir da data de envio da comunicação referida no número anterior.

A PTC desenvolverá e enviará o Projecto Global Detalhado das Condutas e infra-estrutura associada a construir, num prazo máximo de 15 dias contados a partir da data de recepção do pedido, devendo o mesmo ser aceite pela Beneficiária no prazo máximo de 5 dias, contados desde a data do respectivo envio, pela PTC. A falta de comunicação no prazo indicado será assumida como desistência do interesse pelo acesso e utilização das Condutas e infra-estrutura associada em causa.

O preço associado à elaboração e envio do Projecto Global Detalhado está definido na secção 8.6.

A reserva de espaço vincula a Beneficiária, aquando da aceitação do Projecto Global Detalhado, à entrega de uma garantia bancária destinada a assegurar o cumprimento da obrigação de pagamento, de um montante correspondente às mensalidades da ocupação, relativas à área e comprimento solicitados, para um período de 3 anos. Esta garantia será necessária para os casos em que a PTC incorre em encargos decorrentes do acesso físico da Beneficiária às condutas e infra-estruturas associadas da PTC.

Esta garantia bancária deve corresponder ao período compreendido entre o momento em que o acesso é facultado pela PTC até ao cumprimento dos três anos após construção das infra-estruturas, para as Beneficiária que mostrem interesse no acesso a condutas e infra-estruturas associadas.

A garantia bancária pode ser libertada progressivamente à medida que a Beneficiária for fazendo os devidos pagamentos na sua proporção .

## Comunicações

As Beneficiárias que venham a demonstrar interesse no acesso a condutas e infra-estrutura associadas, num período de três anos após a conclusão da sua construção, e após verificação, por parte da PTC, da existência de espaço disponível (sem prejuízo da reserva de espaço para desenvolvimento futuro dos serviços concessionados e actividades de manutenção), devem pagar à PTC o valor que corresponderia à utilização no período decorrido entre a conclusão da construção de novas condutas e infra-estrutura associada e o momento em que o acesso é eventualmente concedido.

Dependendo da evolução do projecto, das manifestações de interesse de outras Beneficiárias e da obtenção das necessárias licenças, o Traçado e as características das Condutas e infra-estrutura associada a construir, assim como as datas previstas para a respectiva execução, poderão sofrer alterações.

O espaço reservado pelas Beneficiárias neste âmbito será contabilizado para efeitos da área a garantir pela PTC para utilização por Beneficiárias.

A PTC pode proceder ao cancelamento ou reformulação de construção de novas condutas e infra-estruturas nos seguintes termos:

1. Dificuldades de obtenção de autorizações, em tempo útil, por parte das diversas entidades envolvidas (ex: Câmaras Municipais, EP, REFER, METRO,...) para construção de um determinado traçado. Estas dificuldades poderão obrigar a PTC a alterar o projecto de infra-estruturas inicialmente previsto ou no limite a cancelá-lo.
2. Alterações do calendário de expansão da rede. Estas alterações poderão ter origem na própria PTC devido, por exemplo, a uma redefinição de prioridades de investimento, ou poderão ser condicionadas pela própria evolução do mercado, nomeadamente:
  - Motivadas por necessidade de manutenção de rede e/ou melhoria de qualidade de rede – poderá levar a que investimentos previstos em determinada rede de condutas, possa ter que ser reformulada, no sentido de maior/menor abrangência em resultado de indicadores de rede mais actualizados;
  - Novos pedido de clientes e ou cancelamento dos mesmos – podem levar a que a rede planeada, tenha que ser revista/cancelada por altura da sua execução.
3. Novas soluções tecnológicas poderão levar ao cancelamento de determinado investimento anteriormente previsto (exemplo: uso de DWDM em lugar de passagem de novo cabo de FO).

**Comunicações**

Na comunicação de cancelamento à Beneficiária, a PTC explicitará os fundamentos associados.

**5.3. Utilização das Condutas e infra-estrutura associada**

As Condutas e infra-estrutura associada reservadas a pedido da Beneficiária ficam disponíveis para utilização exclusiva desta por um período de 5 anos, a contar da data da respectiva disponibilização, sem prejuízo do disposto na Secção 5.4 supra.

Ao acesso e utilização, pela Beneficiária, destas infra-estruturas aplicam-se as condições definidas nas secções 5.2 a 5.5.

**5.4. Desenvolvimento das Redes da PT Comunicações**

Sempre que a PTC pretenda reservar espaço para desenvolvimento futuro das suas redes e serviços concessionados, deve informar o ICP-ANACOM, remetendo a descrição do espaço concreto em conduta (valores de área, em cm<sup>2</sup>, em relação ao total de área disponível) necessário a esse desenvolvimento e que seja presumivelmente utilizado durante a validade da ORAC PT.

**6. Indicadores e Níveis de Qualidade de Serviço**

As definições dos níveis de qualidade de serviço são apresentadas na tabela seguinte:

**Tabela 2. Definições dos níveis de Qualidade de Serviço**

Nível de Serviço		Definição do nível de Serviço
PQS1	Prazo para resposta a um pedido de informação de infra-estruturas	Tempo, em dias de calendário, que decorre desde a recepção do pedido pela PTC até que a Beneficiária receba resposta completa ao pedido de informação. Caso a informação seja remetida por correio, o tempo termina na data de colocação da informação no correio.
PQS2	Prazo para resposta a um pedido viabilidade de utilização de condutas e caixas de visita	Tempo, em dias de calendário, que decorre desde o momento em que a PTC recebe da Beneficiária um pedido de acesso e utilização de condutas e caixas de visita até ao momento em que a Beneficiária recebe resposta quanto à viabilidade

## Comunicações

		de satisfação do pedido;
PQS3	Disponibilidade do serviço de acompanhamento	Disponibilidade do serviço de acompanhamento, a qual deve ser calculada utilizando a seguinte fórmula: (Número de acompanhamentos efectuados nas datas a que a concessionária se comprometeu / Número total de acompanhamentos efectuados)
PQS4	Prazo para agendar o acompanhamento nas intervenções a efectuar pela beneficiária (instalação, manutenção, reparação e remoção de infra-estruturas), de carácter não urgente -	Tempo, em horas consecutivas, que decorre entre a hora em que a concessionária recebe um pedido de intervenção para reparação e a hora para a qual a concessionária agenda o necessário acompanhamento.
PQS5	Prazo para agendar o acompanhamento nas intervenções a efectuar pela beneficiária (reparação), de carácter urgente	Tempo, em horas consecutivas, que decorre entre a hora em que a concessionária recebe um pedido de intervenção para reparação e a hora para a qual a PTC agenda o necessário acompanhamento.

No quadro seguinte definem-se os prazos de resposta ou de fornecimento, a garantir pela PT Comunicações no âmbito dos serviços prestados ao abrigo da presente Oferta, contados desde a recepção de um pedido válido enviado pela Beneficiária:

**Tabela 3. Prazos de Resposta ou de Fornecimento**

Indicador		Nível	Ocorrências
PQS1 - Prazo de Resposta a Pedido de Informação de Infra-Estruturas de Subsolo		5 Dias úteis <sup>(1)</sup>	100%
PQS2 - Prazo de resposta a Pedido de Viabilidade	Sem Traçado alternativo	15 Dias calendário	100%
	Com Traçado alternativo	45 Dias calendário	100%
PQS3 - Prazo para agendar o acompanhamento nas operações de intervenção de carácter não urgente		24 horas consecutivas	100%
PQS4 - Prazo para agendar o acompanhamento nas operações de intervenção de carácter urgente		8 horas consecutivas	100%
PQS5 - Grau de disponibilidade do serviço de acompanhamento		95%	100%

[<sup>(1)</sup> Aguarda-se esclarecimento do ICP-ANACOM]

O cálculo destes indicadores será efectuado semestralmente.

Para efeitos da contabilização dos prazos acima referidos, não serão considerados os períodos de tempo que não sejam da exclusiva responsabilidade da PT Comunicações, tais como:

- Motivos de força maior;
- Motivos imputáveis à Beneficiária;
- Situações de impossibilidade de acesso a câmaras ou obstrução em troços das condutas – Neste caso, a PTC deve explicitar os motivos.

Os relatórios de desempenho de qualidade relativos a cada Beneficiária devem ser remetidos à mesma, com desagregação mensal, o mais tardar 15 dias após o final do trimestre a que reporta.

A PTC deve remeter ao ICP-ANACOM os relatórios de desempenho de qualidade, de forma desagregada para cada beneficiária e por cada mês, o mais tardar 15 dias após o final do trimestre a que se reportam.

## 7. Compensações por Incumprimento dos Prazos de Resposta

Caso os objectivos de qualidade de serviço não sejam cumpridos, relativamente a uma determinada Beneficiária, por razões exclusivamente imputáveis à PT Comunicações, e exceptuando-se razões de força maior, aquela será compensada, de acordo com o descrito na tabela seguinte.

**Tabela 4. Compensações por Incumprimento dos Prazos de Resposta**

Indicadores	Compensação por Pedido	Limite
Prazo de Resposta a Pedido de Informação de Condutas e infra-estrutura associada	$d \times € 50$	60 dias úteis
Prazo de Resposta a Pedido de Viabilidade	$d \times € 50$	90 dias calendário

d – Dias de atraso face ao definido na oferta, em dias de calendário ou úteis consoante o previsto para o nível de serviço.

O incumprimento pela PTC dá lugar ao pagamento à Beneficiária das penalidades constantes da ORAC PT. Contudo, a PTC só se considera vinculada ao pagamento das compensações referidas nesta Secção desde que a Beneficiária em causa tenha fornecido os planos de

## Comunicações

previsões relativos aos serviços a contratar, em conformidade com a presente Oferta, e se as previsões mensais forem consideradas efectivas conforme explicitado na secção 9.4.

## 8. Preços dos Serviços

Os preços aplicáveis aos serviços fornecidos no âmbito desta Oferta não incluem IVA.

### 8.1. Informação de Condutas e infra-estrutura associada

O preço da disponibilização das plantas com os Traçados das Condutas e infra-estrutura associada existentes é apresentado na tabela seguinte:

**Tabela 5. Preço de informação de Condutas e infra-estrutura associada**

<b>Preço por planta de Traçado de Condutas e infra-estrutura associada</b> <sup>(1)</sup> Escala até 1/1000 – Formato Papel – Dimensão até A1	38,20 €
--	---------

### 8.2. Análise de Viabilidade de Ocupação

A análise de viabilidade de ocupação de Condutas e infra-estrutura associada tem o seguinte preço:

**Tabela 6. Preço para pedidos de análise de viabilidade de ocupação**

<b>Análise de Viabilidade de Ocupação</b>	Sem identificação de traçado alternativo	Com identificação de traçado alternativo
Preço base (por pedido)	63,30 €	72,80 €
Preço por CV	46,10 €	46,10 €

### 8.3. Instalação de cabos nas condutas e infra-estrutura associada

Os preços mensais aplicáveis de instalação de cabos em Condutas e infra-estrutura associada são os seguintes:

- Preços do Serviço de Acompanhamento e Supervisão dos trabalhos a realizar pela Beneficiária para o acesso aos pontos de entrada, conforme previsto na secção 8.7.
- Preços do Serviço de Acompanhamento e Supervisão dos trabalhos a realizar para a instalação do cabo nas condutas, conforme previsto na secção 8.7.
- Preços devido a intervenções solicitadas para desobstruir condutas e sub-condutas.

## Comunicações

Os preços mensais de utilização de espaço em Condutas e infra-estrutura associada são os apresentados na tabela seguinte:

**Tabela 7. Preço da ocupação de Condutas e infra-estrutura associada**

Ocupação de Espaço	Concelhos de Lisboa e Porto	Restantes Concelhos do País
Preço mensal de ocupação de espaço em sub-conduta, por km e por cm <sup>2</sup> de área <sup>(1)</sup>	10,60 € / km / cm <sup>2</sup>	8,30 € / km / cm <sup>2</sup>
Preço mensal de ocupação de espaço em conduta, por km e por cm <sup>2</sup> de área <sup>(1)</sup>	9,80 € / km / cm <sup>2</sup>	7,50 € / km / cm <sup>2</sup>
Preço mensal de ocupação de espaço por PE	1,80 €	1,80 €
Preço mensal de ocupação de espaço por PL	a definir	a definir
Preço mensal de ocupação de espaço por folga de cabo	a definir	a definir
<sup>(1)</sup> Área determinada a partir do diâmetro de ocupação, calculado de acordo com a fórmula apresentada na secção 2 do Anexo 2.		

#### 8.4. Intervenção nos Cabos Instalados nas condutas e infra-estrutura associada

Os preços mensais aplicáveis de instalação de cabos em Condutas e infra-estrutura associada correspondem aos Preços do Serviço de Acompanhamento e Supervisão dos trabalhos a realizar pela Beneficiária, conforme previsto na secção 8.7.

#### 8.5. Remoção de Cabos das Condutas e infra-estrutura associada

A remoção dos cabos das Condutas e infra-estrutura associada poderá ser efectuada pela PT Comunicações caso a Beneficiária não proceda à remoção de “cabos mortos” nos prazos definidos, sendo aplicados os seguintes preços:

**Tabela 8. Preço da remoção de cabos das Condutas e infra-estrutura associada**

Remoção de Cabos das Condutas e infra-estrutura associada	Com aproveitamento	Sem aproveitamento
Preço base	2,90 €	2,90 €
Preço por metro de remoção de cabo de fibra óptica	0,60 €	0,55 €
Preço por metro de remoção de outro tipo de cabos	1,45 €	1,00 €

### 8.6. *Projecto de Construção de Novas Condutas e infra-estrutura associada*

A comunicação da PTC à Beneficiária, relativa à construção de Condutas e infra-estrutura associada e os trabalhos de adequação do projecto de construção tem os preços da tabela seguinte:

**Tabela 9. Preços associados à comunicação e envio de projecto de construção**

Comunicação, em papel, de projecto para construção de nova infra-estrutura	43,50 €
Envio do Projecto Global Detalhado	66,30 €

### 8.7. *Acompanhamento e supervisão dos trabalhos a realizar pela Beneficiária*

A PT Comunicações poderá prestar serviços de acompanhamento e supervisão para as seguintes actividades realizadas pela Beneficiária:

Acesso aos pontos de entrada:

- Instalação de Cabos nas Condutas e infra-estrutura associada;
- Intervenção nos Cabos instalados nas Condutas.

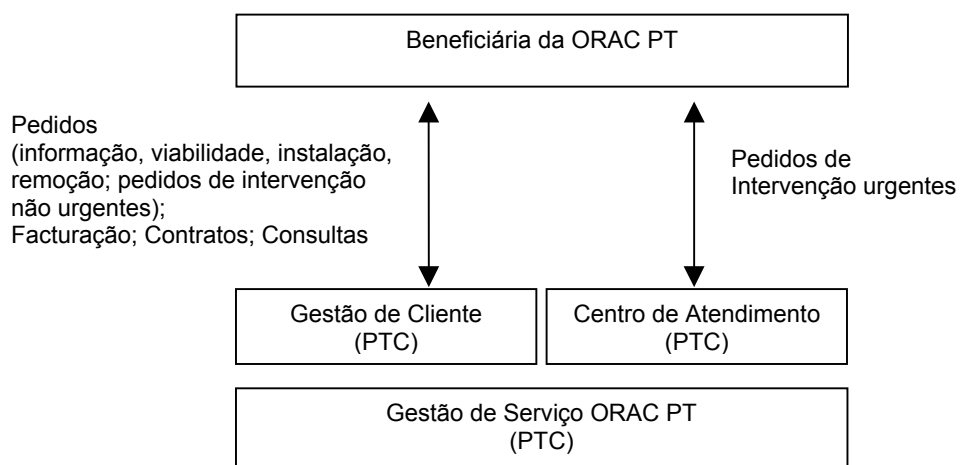
Os preços definidos para este serviço são os seguintes:

**Tabela 10. Preço para acompanhamento e supervisão dos trabalhos a realizar pela Beneficiária**

Acompanhamento e Supervisão	Preço <sup>(1)</sup>
<b>Horário Normal</b> <i>(Dias úteis das 9:00h ao 12:30h e das 14:00h às 17:30h. Estão excluídos Sábados, Domingos, Feriados nacionais e Feriados concelhios no concelho a que respeitam)</i>	1ª hora – 39,40 € Horas seguintes – 23,50 € Máximo Acumulado <sup>(2)</sup> - 120,00 €
<b>Restantes Períodos</b>	1ª hora – 61,40 € Horas seguintes – 43,10 € Máximo Acumulado <sup>(2)</sup> - 205,00 €
(1) Tempo facturado em unidades de 1 hora. (2) O montante máximo aplica-se por período de tempo (manhã ou tarde). [Este assunto está em clarificação pelo ICP-ANACOM.]	

## 9. Gestão do Serviço

As Beneficiárias da ORAC PT têm ao seu dispor, para efeitos de comunicação com a PT Comunicações, uma área de Gestão de Cliente e um Centro de Atendimento (ver figura seguinte):



**Figura 1. Interface do Cliente**

Todos os assuntos relacionados com o processo de adesão à oferta, modificações de pedidos, cessação de pedidos, contratos e facturação são tratados pelo Gestor de Cliente da PT Comunicações.

### 9.1. Processo de Adesão ao Serviço

Para aderir à ORAC PT, a Beneficiária deve contactar o seu Gestor de Cliente na PT Comunicações, ou, se este ainda não lhe estiver atribuído, a Direcção de Negócios de *Wholesale* Nacional (DWN) da PT Comunicações.

O Gestor de Cliente acompanhará a beneficiária durante todo o processo de adesão ao serviço, designadamente nas fases de análise de requisitos e de negociação do contrato, sendo que a PT Comunicações só dará início à prestação dos serviços abrangidos pela ORAC PT após a celebração do contrato, cuja minuta tipo consta do Anexo 5 a esta Oferta.

### 9.2. Gestão de Pedidos

## Comunicações

Concluída a fase anterior, a Beneficiária pode dar início ao envio dos pedidos de informação e de fornecimento de serviços, através do preenchimento dos respectivos formulários, constantes do Anexo 4.

Os procedimentos de gestão de pedidos estão detalhados no Anexo 3.

### 9.3. *Atendimento Técnico*

O Centro de Atendimento de Operadores é o ponto de contacto único para pedidos de intervenção de emergência. Este centro encontra-se disponível 24 horas por dia e 7 dias por semana, ao longo de todo o ano.

O contacto do Centro de Atendimento é o seguinte:

**Centro de Atendimento a Operadores e Prestadores de Serviços – PT Comunicações**

Telefone: 800 20 11 55 (número verde)

Horário de atendimento: 24 horas / 7 dias por semana

### 9.4. *Planeamento e Previsões*

Por forma a garantir um correcto planeamento e uma optimização dos recursos da PT Comunicações, a Beneficiária obriga-se a apresentar um plano de previsões de procura, por zona geográfica, de Condutas e infra-estrutura associada.

A informação a ser fornecida à PT Comunicações será tratada como confidencial e será utilizada apenas para os fins a que se destina.

O plano deverá cobrir um período de dois anos e seguir a seguinte metodologia:

- i) A capacidade máxima mensal de processamento pela PTC de pedidos deve ter em consideração as previsões das Beneficiárias. Para o efeito, as Beneficiárias deverão enviar à PT Comunicações previsões de pedidos dos serviços de informação, viabilidade e intervenção através do preenchimento do Formulário de Previsões constante do Anexo 4.
- ii) As previsões deverão ser elaboradas numa base anual e entregues durante o 3<sup>a</sup> trimestre do ano anterior aquele que as mesmas dizem respeito. Com o objectivo de corrigir eventuais desvios, a Beneficiária poderá efectuar duas revisões por ano das previsões, respectivamente uma primeira relativa aos valores de 2<sup>o</sup> semestre que

## Comunicações

poderão ser revistos durante o 1º trimestre e uma segunda relativa aos valores do 4º trimestre que poderão ser alvo de revisão durante o 2º trimestre. As previsões mensais são consideradas efectivas se as quantidades mensais realizadas por área se situarem num intervalo entre, respectivamente, +20% e -20% relativamente ao valor previsto.

### 9.5. Zonas Geográficas

Para efeitos de capacidade de atendimento de pedidos de acesso a Condutas e infra-estrutura associada, são consideradas as zonas geográficas da tabela seguinte. As previsões das Beneficiárias devem ter em conta estes dados:

**Tabela 17. Zonas Geográficas**

Região	Zonas Geográficas – Distritos/Concelhos
Norte	Porto Cidade
	Porto (excepto Cidade)
	Braga, Viana do Castelo
	Vila Real, Bragança
Centro	Aveiro
	Viseu
	Guarda
	Coimbra
	Leiria
	Castelo Branco
Vale do Tejo	Santarém
	V. Franca Xira, Torres Vedras, Azambuja, Arruda, Alenquer, Lourinhã, Mafra, Sobral, Cadaval
	Cascais, Oeiras
	Loures, Odivelas
	Sintra, Amadora
Lisboa e Sul do Tejo	Lisboa Cidade
	Almada
	Alcochete
	Barreiro
	Moita
	Montijo
	Palmela

Região	Zonas Geográficas – Distritos/Concelhos
	Seixal
	Sesimbra
Alentejo	Setúbal
	Portalegre, Évora.
Sul	Beja
	Portimão
Algarve	Faro
Madeira	Funchal, Porto Santo
Açores	Sta. Maria, S. Miguel, Terceira, Graciosa, S. Jorge, Pico, Faial, Flores, Corvo

## 9.6. Facturação e Pagamento

A encomenda de serviços prestados no âmbito da ORAC PT considera-se vinculativa e constitui a Beneficiária na obrigação de efectuar o pagamento da totalidade do preço dos serviços solicitados, e que sejam oferecidos.

No caso de serviços que, envolvendo trabalhos específicos descritos na presente ORAC PT, são objecto de orçamentação por parte da PT Comunicações, esta empresa poderá facturar à Beneficiária 50% do respectivo valor aquando da encomenda daquele serviço, sendo a diferença para o valor do custo final facturado com o fornecimento do serviço.

As facturas emitidas pela PT Comunicações deverão ser pagas no prazo acordado entre a PT Comunicações e a Beneficiária.

A remoção de meios da Beneficiária será facturada aquando da conclusão do trabalho.

Sobre os valores em dívida incidirão juros de mora à taxa prevista no artigo 102º, § 3º, do Código Comercial.

## 10. Disposições Legais

### 10.1. Informação e Confidencialidade

A PT Comunicações e a Beneficiária obrigam-se a trocar, entre si, toda a informação que se mostre necessária no âmbito da presente Oferta, a qual permanece propriedade de quem a

## Comunicações

transmite, obrigando-se quem a recebe a efectuar o tratamento da mesma e a mantê-la confidencial, nos termos aqui estabelecidos.

A PT Comunicações e a Beneficiária obrigam-se, ainda, a restringir o acesso e utilização da informação confidencial, que entre elas seja trocada, aos empregados que, por força das funções que exercem, careçam de a conhecer e/ou de a utilizar.

Por informação protegida ou confidencial entende-se toda a informação escrita, verbal ou constante de suportes informáticos, de natureza financeira, comercial ou tecnológica, designadamente saber-fazer, dados financeiros, tecnológicos e comerciais, listas de clientes, dados de tráfego ou quaisquer outras informações relativas à actividade da PT Comunicações ou da Beneficiária, bem como toda a informação que seja expressamente classificada como confidencial por quem a transmite.

A PT Comunicações e a Beneficiária obrigam-se reciprocamente a manter confidencial a informação recebida e, como tal classificada, evitando, com o mesmo zelo com que protegem a sua própria informação confidencial, que a mesma seja transmitida a terceiros, com excepção daqueles a quem, por força desta Oferta e das relações contratuais que, no seu âmbito, mantêm com a PT Comunicações ou com a Beneficiária, assista legitimamente o direito de acesso à referida informação.

Compete à PT Comunicações e à Beneficiária assegurar que os terceiros, referidos na parte final do parágrafo anterior, cumprirão com as obrigações de confidencialidade definidas nesta Oferta.

Não se considera abrangida pela obrigação de confidencialidade a informação:

- i) Que é ou se torna publicamente conhecida sem que tal seja devido a conduta ilícita de quem a recebe;
- ii) Que é transmitida pela PT Comunicações ou pela Beneficiária a terceiros sem que tenha havido violação do estabelecido nesta Oferta em matéria de confidencialidade;
- iii) Cuja divulgação tenha sido autorizada pela PT Comunicações ou pela Beneficiária, conforme for o caso.

A PT Comunicações e a Beneficiária, ficam desde já autorizadas a divulgar informação confidencial:

- i) Ao ICP – ANACOM;
- ii) Em situações de litígio entre a PT Comunicações e a Beneficiária, caso em que a informação relevante poderá ser apresentada perante as autoridades judiciais; e

- iii) Quando a informação em causa seja solicitada por uma autoridade pública, com poderes para o efeito.

A PT Comunicações e a Beneficiária poderão revelar informações tidas por confidenciais nos termos desta Oferta se tal lhe for imposto por lei ou por decisão judicial ou administrativa, obrigando-se a informar imediatamente o outro de tal facto, bem como a limitar a informação ao que lhe for imposto, com indicação expressa de que a informação revelada foi classificada como confidencial.

A violação da obrigação de confidencialidade, aqui prevista, constitui incumprimento da presente Oferta, devendo a PT Comunicações ou a Beneficiária, conforme for o caso, indemnizar o outro de todos os prejuízos decorrentes dessa violação.

A obrigação de confidencialidade, resultante do disposto nesta Oferta, vincula a PT Comunicações e a Beneficiária por um período de 5 (cinco) anos, contados a partir da data da cessação do contrato.

### ***10.2. Direito de Propriedade Intelectual***

Os direitos de propriedade e de propriedade intelectual da PT Comunicações ou da Beneficiária, criados ou desenvolvidos no âmbito desta Oferta, permanecem propriedade de quem os concebeu ou desenvolveu, não constituindo esta Oferta de Referência para Acesso a Condutas título translativo de qualquer desses direitos para o outro.

### ***10.3. Resolução de Litígios***

Qualquer litígio sobre a interpretação, validade ou execução da presente Oferta, que não seja sanado amigavelmente pela PT Comunicações e pela Beneficiária, de acordo com os procedimentos previstos no parágrafo seguinte poderá ser resolvido mediante recurso à Autoridade Reguladora Nacional.

A PT Comunicações e a Beneficiária comprometem-se a desenvolver todos os esforços no sentido de resolver, de forma consensual, todo e qualquer litígio emergente desta Oferta. Para o efeito, qualquer questão deverá ser suscitada por escrito, com indicação expressa dos motivos que a fundamentam, e remetida ao outro, o qual se deverá pronunciar, nos mesmos moldes, num prazo máximo de 15 dias. Findo este prazo, e caso a questão não tenha sido, entretanto, solucionada, a PT Comunicações e a Beneficiária desenvolverão os seus melhores esforços para chegarem a acordo num prazo máximo de 15 dias. Não havendo acordo, será aplicável o disposto no parágrafo anterior.

A informação trocada entre a PT Comunicações e a Beneficiária no decurso das negociações com vista à resolução amigável do litígio existente, designadamente declarações de posição ou ofertas de acordo, será tratada como informação confidencial.

#### **10.4. Interrupção e Suspensão do Serviço**

A PT Comunicações poderá interromper ou suspender, total ou parcialmente, a prestação dos serviços incluídos nesta Oferta, em caso de incumprimento pela Beneficiária, de alguma das condições dela constantes ou de violação da legislação em vigor, sem prejuízo das indemnizações a que tenha direito.

Constituem, designadamente, causas de interrupção ou suspensão dos serviços:

- a) A falta de segurança da rede da PT Comunicações, que possa afectar o seu normal funcionamento, ou constituir uma ameaça à integridade física de qualquer pessoa;
- b) A violação da integridade da rede da PT Comunicações;
- c) Falta ou atraso reiterado no pagamento dos serviços prestados no âmbito da presente Oferta.

A PTC poderá, ainda, interromper ou suspender, temporariamente, algum ou alguns dos serviços objecto desta Oferta, caso se verifique:

- a) Uma situação de emergência ou força maior;
- b) A necessidade de efectuar operações de controlo, ajustes ou manutenção de rotina, com a finalidade de assegurar o bom funcionamento da sua rede.

As operações previstas na alínea b) anterior serão comunicadas à Beneficiária com 10 dias de antecedência.

#### **10.5. Segurança e Protecção**

A PT Comunicações e a Beneficiária são responsáveis pela protecção das respectivas redes, devendo tomar, para o efeito, todas as medidas necessárias para que a sua rede e os seus equipamentos:

- a) Não coloquem em perigo a saúde dos colaboradores ou utilizadores do outro;
- b) Não provoquem qualquer deterioração na operação da rede e dos equipamentos do outro;

- c) Não afectem a qualidade dos serviços prestados.

### **10.6. Força Maior**

Se, durante a vigência desta Oferta, ocorrer um caso de força maior que impeça a prestação pontual dos serviços acordados, nas datas e prazos fixados, será o prazo para o cumprimento protelado por um período correspondente ao atraso verificado, sem prejuízo de serem desenvolvidos pela PT Comunicações e pela Beneficiária todos os esforços ao seu alcance para minimizar as consequências do evento.

### **10.7. Alterações da ORAC PT**

Qualquer alteração à ORAC PT terá efeitos imediatos nas relações com as Beneficiárias, salvo disposição expressa em contrário do ICP-ANACOM.

### **10.8. Legislação Aplicável**

Em tudo o que não estiver regulado na presente Oferta observar-se-ão as disposições relevantes da Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro, bem como as Deliberações do ICP-ANACOM emitidas ao abrigo da mesma e demais legislação aplicável.

Em caso de divergência entre as condições gerais desta Oferta e qualquer dos seus Anexos, prevalecem as primeiras.

## **11. Histórico de versões**

Versão	Data	Observações
V.1	23/11/2004	Versão elaborada em cumprimento da Deliberação do ICP-ANACOM de 17 de Julho de 2004
V.2.	14/06/2006	Versão elaborada em cumprimento da Deliberação do ICP-ANACOM de 26 de Maio de 2006. A data de entrada em vigor desta versão é no dia 14/07/2006.

## **Anexos**

***ANEXO 1 – Características Técnicas das Conduatas e infra-estrutura associada***

***ANEXO 2 – Critérios para Avaliação de Existência de Espaço***

***ANEXO 3 – Procedimentos de Gestão de Pedidos***

***ANEXO 4 – Formulários***

***ANEXO 5 – Contrato Tipo***

***ANEXO 6 – Credenciação***

***ANEXO 7 – Manual de Procedimentos e de Especificações Técnicas***